

Ex-moradores de prédio no Paissandu seguem acampando a região 25 dias após desabamento



Liminar exige que órgãos competentes tomem medidas em caráter emergencial; reunião de reconciliação está marcada para o próximo dia 13

No dia 1º de maio o mundo pôde assistir ao desabamento do antigo prédio que servia a Polícia Federal em São Paulo, antes de virar ocupação. Dentro de chamas, sete pessoas morreram, enquanto duas continuam desaparecidas e as demais que escaparam - 171 famílias - ficaram sem um lar, indo morar no Largo do Paissandu.

Dentro desse filme de terror estão guardadas as imagens da morte de Ricardo Pinheiro, o Tatuagem, de 56 anos, que quase conseguiu ser salvo pelo Corpo de Bombeiros segundos antes do prédio desabar, além dos dados das demais vítimas, como os gêmeos de 10 anos, Wendel e Werner, que também tiveram seus restos mortais encontrados.

Vinte e cinco dias após o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, a situação no entorno da região permanece caótica. O incidente tornou ainda mais precária a situação das famílias, que hoje vivem espremidas em barracas de cerca de 4 metros quadrados.

Segundo Carlos Alberto, morador do prédio havia três meses, “quem nos deu suporte foi a própria população de São Paulo. Se não fossem eles nós não estaríamos aqui com essa bandeira levantada. Temos que agradecer ao pessoal que foi solidário”. Alberto conta que estava trabalhando no momento do incêndio.

“Recebemos alimentos não perecíveis, água, roupas, sapatos, produtos descartáveis, de higiene, pratos, garfos. Se não fosse a população de São Paulo a situação seria muito difícil, ainda mais nesses dias de frio, em que ficamos sabemos que três pessoas morreram em São Paulo. Se não fosse a população alguma morte poderia ter ocorrido aqui”, conta.

Histórico

A Prefeitura de São Paulo se prontificou a procurar a Defensoria Pública dois dias após o acidente, a fim de evitar a criminalização dos movimentos de moradia. Além disso, criou uma ouvidoria com o objetivo de discutir quais ações deveriam ser tomadas após a tragédia.

Em uma audiência pública organizada pelo vereador Eduardo Suplicy na Câmara Municipal duas semanas após o desabamento, líderes de movimentos por moradia e moradores que habitavam o edifício puderam ter um contato face a face com o secretário municipal de habitação, Fernando Chucre, que foi duramente criticado enquanto se pronunciava.

Defendendo suas posições sem ter uma resposta positiva, as pessoas que dividiam o microfone levantavam questões que eram ocultadas no diálogo do secretário. Uma das lideranças, Rafael perguntou: “como é que o senhor consegue dormir à noite, sabendo que 15 crianças não têm lugar para dormir?”. E Fernando Chucre apenas se prontificou a responder o que já estava sendo feito por parte da Prefeitura.

No final de maio (25/05) a Justiça concedeu uma liminar às defensorias da União e do estado de São Paulo exigindo que as três esferas do poder executivo forneçam às vítimas produtos de primeira necessidade e cobrando que ações fossem tomadas em caráter emergencial.

A decisão ordena que ações de saneamento, como a instalação de banheiros químicos, fossem tomadas em até 72 horas, “considerando as condições aparentemente insalubres a que estão submetidas as pessoas que encontram no chamado Largo do Paissandu”.

Por fim, atendendo a pedidos de moradores do Paissandu, a liminar exige que “os requeridos não promovam atos ou ameaças de remoções forçadas das famílias vítimas do incêndio, assegurando a unidade familiar”

Um dia após a liminar, a prefeitura compareceu ao Largo do Paissandu para fazer um cadastro com o objetivo de identificar quem eram as pessoas que viviam no prédio. No entanto, nenhuma medida efetiva foi tomada por parte dos órgãos responsáveis. Segundo Alberto, “é um descaso, um abandono da prefeitura, que poderia estar dando um suporte às pessoas que foram vitimadas pelo incêndio e simplesmente ela foi omissa. Ela não deu o suporte que as pessoas precisam”.

De qualquer forma, o que se entendia, até pelos próprios moradores, é que a ocupação no Largo do Paissandu era uma “tragédia premeditada”. Além da baixa qualidade de serviços como água e luz, o saneamento básico pode ser vinculado como um dos principais problemas de uma moradia precária. Por falta de atendimento, as famílias que moravam ali despejavam o lixo produzido nos espaços onde ficavam os elevadores, o que criava atributos químicos de substrato composto de lixo. Um material inflamável, além de grande potencial causador de doenças.

Em nota, a Prefeitura disse ainda que “já iniciou as negociações com a União, proprietária do edifício Wilton Paes de Almeida, e com a CDHU sobre a destinação do terreno”, onde até o fim deste mês, será anunciada a decisão. A intenção é “desenvolver um projeto habitacional na área”.

Além disso, uma reunião de conciliação foi marcada para o próximo dia 13.